



MUNICÍPIO DA MURTOSA

Gabinete da Presidência

RECLAMAÇÃO

Consulta Pública do Relatório Ambiental Preliminar e do Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro.

I. Questão Prévia

Dada a escassez de tempo, por mor das tarefas e obrigações que, no dia-a-dia, consomem quase toda a disponibilidade (de tempo) existente, e não tendo o Município da Murtosa recursos humanos para a elaboração de um trabalho prévio, de carácter técnico, facilitador de uma análise/decisão por parte de quem tem a gestão, restou-nos, num esforço rápido, consultar os documentos patentes para a consulta pública.

Numa primeira análise, temos que registar e louvar todo o trabalho realizado, consubstanciado nos elementos e informação carreados para o processo, na sua seriação, na sua apreciação, e na elaboração das propostas e conclusões.

No entanto, atenta a amplitude e a complexidade da matéria, aqui ali, evidenciam-se insuficiências e fragilidades, que necessitam de ser ultrapassadas, o que acontecerá com o somar dos contributos que cada um poderá ir dando ao longo do desenvolvimento dos projectos, sendo que, já nesta fase, da Avaliação Ambiental, será possível, e desejável, equacionar e integrar, se for caso disso, os contributos cuja ponderação a tal conduzam.

É assim que, dentro do espírito de cooperação e de colaboração, irmanados da vontade e determinação de todos os agentes envolvidos nesta acção, que pretende, quer e ousa enfrentar e

começar a resolver problemas, que se apresentam na área de intervenção na Ria, por forma a inverter a degradação de todo o seu ecossistema, ainda que sumariamente, daremos conta das nossas preocupações, que, em nosso entender, deverão constar com mais força e clareza nos documentos sujeitos a discussão pública.

II. PORTO DE AVEIRO – CAUSADOR MAIOR DA ALTERAÇÃO DO ECOSSISTEMA LAGUNAR

Quem como nós vive da Ria e do Mar, obrigatória e forçosamente acompanhou, acompanha e acompanhará a própria vivência destas realidades.

Deste modo, porque vivemos, sentimos e testemunhamos os acontecimentos, é nosso dever e obrigação dar conta dos mesmos a quem, com interesse, dedicação e profissionalismo está a desenvolver um trabalho que, respeitando e cuidando de todos os interesses envolvidos, tem como finalidade procurar e garantir que a execução das acções programadas no Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro sejam boas (equilibradas) do ponto de vista ambiental, social e económico.

Conforme é do domínio público, embora até hoje sem a audição e a atenção, por parte das Entidades ciclicamente alertadas para esta situação, que o caso merecia e, em nosso entender, continua a merecer, e a ser fonte de preocupação, o Município da Murtosa, desde 1999, através dos seus responsáveis políticos, foi reclamando por causa dos efeitos, negativos, que as obras de dragagem do canal de navegação do Porto de Aveiro, de há cerca de 30 anos a esta parte, foram a causa directa e necessária para a alteração e degradação do ecossistema lagunar.

Em consequência dessas obras, sempre ordenadas e executadas sem se querer saber qual a sua influência na laguna e, quando precedidas de estudos, estes, incompreensivelmente, feitos por Gabinetes que terão (pensamos que de boa fé e sem influências negativas) sobrestimado a teoria em desfavor da realidade, em face dos resultados finais das

acções/intervenções que as sustentaram como sem influência negativa na Ria, e, para nosso mal, as permitiram.

De facto, mercê dessas dragagens no canal de navegação do Porto de Aveiro, importante, imprescindível e inquestionável para a Região e para o País, que não pode arcar com o descuido ou ganância/ignorância humana, a amplitude das marés foi subindo gradualmente (assustadoramente); com a entrada e saída de mais água do mar na barra, a velocidade das correntes aumentou substancialmente; o tempo de duração das marés (enchente e vazante) diminuiu; a água subiu aos juncais, inundando-os constantemente (em cada pico de maré), destruindo totalmente alguns e transformando em sapais outros; alguns terrenos agrícolas foram inundados, outros destruídos pela salinização; a erosão das margens dos juncais e de terrenos agrícolas adjacentes aconteceu; as águas da Ria, com mais velocidade na sua movimentação passou a transportar um maior número de partículas em suspensão; as algas, mormente o moliço, quer por acção da velocidade das correntes, quer pela constante deposição das partículas em suspensão quase desapareceram; essas mesmas algas, que, em algumas zonas, eram abrigo “e maternidade” para os peixes, por inexistência, deixaram de ter essa função, tornando o leito da Ria mais árido; as partículas lodosas transportadas em maior quantidade provocaram com maior rapidez o assoreamento da Ria; a maré baixa (vazante), pelo facto da água sair quase toda para o mar passou a ser, em muitos pontos da Ria, a “maré seca”.

Resultado de tudo isto, qual tragédia grega, a degradação do ecossistema lagunar e a ameaça séria e constante dos campos agrícolas marginais e até, num caso ou outro, das populações.

Na parte centro/norte da Ria, aquela que melhor conhecemos, de pouco valeram algumas das motas entretanto construídas.

Ciclicamente, estas foram desempenhando a sua função de protecção. Contudo, cada dragagem do canal de navegação do Porto de Aveiro – não colhe que o caudal de água na Ria se

deve às alterações climáticas -, foi conduzindo à necessidade de motas de protecção mais elevadas e mais fortes (com enrocamento em pedra).

Esta é a verdade. Há pessoas, há fotografias e sinais ainda visíveis na própria laguna, bastantes e suficientes para validar tudo aquilo que vem de dizer-se.

É chegado o tempo de atentar nestes factos. Embora tarde, nunca é tarde demais para se implementarem as medidas e acções que podem minimizar e restabelecer o equilíbrio ambiental e ecológico perdidos.

III. A OPORTUNIDADE DESTE APELO RELATIVAMENTE AOS IMPACTES NEGATIVOS DO PORTO DE AVEIRO E DA NECESSIDADE DE OS MINIMIZAR

A Ria de Aveiro, em resultado de uma boa parceria entre o Governo e os Municípios da Região de Aveiro, vai beneficiar de uma acção/intervenção que irá, sem qualquer margem para dúvidas, requalificá-la do ponto de vista ambiental, social e económico.

Porém, se não se tomarem as providências adequadas, para que uma das causas dos males de que padece seja controlada e os seus efeitos anulados (minimizados), passado algum tempo (pouco tempo), o regresso à situação anterior será uma inevitabilidade.

Convictos que estamos desta factualidade, em nome do Município da Murtosa, afirmamos que de pouco valerá executar todas as obras programadas de recuperação/beneficiação/requalificação dos cais, ribeiras, das margens, etc., se deixarmos o “coração da Ria”, que vai ter uma acção de desassoreamento, sujeito às mesmas influências perniciosas que lhe advêm das sucessivas dragagens do canal de navegação do Porto de Aveiro.

De facto, se não se tiver como objectivo a concretização do controlo da entrada e saída das águas da Ria, através de um processo/modelo/obra, que a engenharia hidráulica arquitectará, pelo conhecimento e experiência adquiridos pelo contacto e vivência no dia-a-dia, muito do

investimento planeado será a curto/médio prazo prejudicado, senão mesmo anulado, com prejuízo para todos e sem vantagens para ninguém.

O Município da Murtosa, sempre que oportuno, nos fóruns e no seio da extinta Associação de Municípios da Ria e, actualmente, na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, tem apresentado esta questão como fundamental (ver anexo que se junta e ilustra, ainda que resumidamente, algum desse trabalho).

Em 24 de Outubro de 2008, numa reunião no Ministério do Ambiente com o Senhor Ministro Prof. Nunes Correia, em que, entre outros, estavam o Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território, Prof. João Ferrão; a Professora Teresa Fidélis e o actual Presidente da Região de Aveiro, Eng. Ribau Esteves, chamamos a atenção para a necessidade, imperiosa, do controlo da entrada e saída das águas do mar na laguna.

Publicamente, na presença do Senhor Ministro, voltamos de novo ao assunto do Porto de Aveiro, tendo aquele, perante os factos apresentados, dado conta de que, por razões de ordem económico/financeira, a operação desenhada de intervenção da Ria não comportava uma obra dessa envergadura. Todavia, deixou o compromisso de que, se dos estudos de hidrodinâmica previstos se concluísse pela influência negativa das obras (de dragagem) do Porto de Aveiro e que a realização de obras para o controle da entrada e saída do volume das águas seria uma realidade inevitável, o Governo e demais parceiros envolvidos deveriam encontrar os meios materiais que possibilitassem a sua concretização.

Confessamos que, não duvidando da seriedade da resposta constante do parágrafo anterior, pressentimos em alguns dos parceiros presentes que aquela teria sido uma maneira inteligente e adequada para sossegar e, de algum modo adiar (resolvendo-se, deste modo, a situação incómoda criada), o problema que, a existir ... teria, a seu tempo, a resolução própria.

No passado dia 19 do corrente mês de Abril, aquando da apresentação pública da Avaliação Ambiental pelo Gabinete que a elaborou, na presença da Sr^a. Prof^a. Teresa Fidélis, Presidente da Sociedade Polis Litoral da Ria de Aveiro, do Presidente da Região de Aveiro, Eng.

Ribau Esteves, e do Administrador da Parque Expo, Eng. Pedro Gomes, em nome do Município da Murtosa, interviemos para, mais uma vez, reclamarmos para a necessidade de se analisar e dar solução à questão da alteração do ecossistema lagunar, por efeito das obras do Porto de Aveiro, que nunca tiveram em conta os seus impactes negativos na Ria.

A postura assumida pelo Município da Murtosa foi reforçada pelas intervenções da maioria daqueles que quiseram expressar as suas posições, ficando uma ideia consensualizada e generalizada de que existe a consciência de que é necessária uma acção/intervenção que minimize o problema e possibilite que o reequilíbrio ecológico/ambiental se restabeleça de novo.

No fecho da sessão, usando da correcção devida, a Prof^a. Teresa Fidélis, não focando directamente o problema, fez questão de lembrar que o Plano de Acção existente tinha sido elaborado, consensualizado e aprovado com a concordância dos Municípios, pelo que, como que em jeito de aviso à navegação, não valeria (estas palavras agora são minhas) alterar, ou tentar alterar as regras do jogo.

Por sua vez, o Presidente da Região de Aveiro teve o cuidado de não falar no assunto, esquecendo-se, pensamos que propositadamente, de abordar esta questão complexa, incómoda para o Porto de Aveiro.

Salvo o devido respeito e opinião diversa, o Município da Murtosa, como alguém disse, pelo papel que tem vindo a assumir ao longo dos últimos anos nesta matéria, sem que tenha havido uma resposta que desmentisse ou explicasse os efeitos perniciosos, sofridos pela laguna e que são contemporâneos das obras, referidas, do Porto de Aveiro, merecia/exigia um pouco mais de consideração, pois a sua posição e toda a factualidade exposta era deles conhecida. Usando, repete-se, do devido respeito, somos do entendimento de que não é ignorando as questões que se fortalecem as instituições e se somam e ganham sinergias que nos permitirão ultrapassar e resolver as dificuldades.

Claro que, no tempo presente, na definição do Plano Estratégico a executar, atento o envelope financeiro alocado ao mesmo, não há espaço para a eventual realização de uma obra hidráulica que controle a entrada e saída das águas.

Só que, ignorar o problema explanado, fazer de conta que o mesmo não existe, em nosso entender é suicida e responsabilizador de quem lidera. Identificado o problema temos o dever e a obrigação de procurar/encontrar os meios para o resolver.

IV. MAIS ALGUMAS QUESTÕES QUE DEVEM SER REVISTAS / ALTERADAS

Ainda que sumariamente, vamos apontar algumas questões/conclusões que devem ser revistas, desde já, sem prejuízo de, caso seja possível, irmos carreando para todo o processo contributos que, melhorando-o, não ponham em causa a sua materialização.

Na página 22, volume I, da Avaliação Ambiental do Plano Estratégico, quando se faz uma “Breve caracterização da área de intervenção”, escreve-se que “... A constante ligação ao Oceano Atlântico provoca uma forte influência marinha lagunar, o que justifica que a salinidade da água neste local seja semelhante à do mar”.

Ora, sendo, nos dias de hoje, esta a realidade, antes das obras do Porto de Aveiro não era assim. Na verdade, a água da Ria era salobra, sendo que, no período do Verão, a sua salinidade aumentava.

Na página 57, o teor do 3.º parágrafo, por tudo aquilo que se escreveu supra, carece de ser corrigido em conformidade, bem como muitas das teses/propostas/conclusões que aparecem ao longo do processo e parecem branquear, em nosso entender por ignorância de conhecimento, os efeitos negativos do Porto de Aveiro, que têm que ser acautelados/resolvidos.

Os autores deste trabalho, certamente porque escudados em estudos recentes que desconhecem, pela sua falta de profundidade (e por isso de rigor científico) a realidade da laguna há 50 e 40 anos, vão apontado causas e soluções, omitindo-se que, a maioria dos sapais de hoje,

não há muitos anos, eram juncais, com um papel importante para a agricultura e benéficos para a avifauna e a biodiversidade; que as primitivas motas (de defesa/protecção) tinham pouco a ver com as que, progressivamente, se foram construindo, cada vez mais altas e resistentes, chegando, em muitos casos a ser necessário o recurso ao enrocamento em pedra seca por as lamas já não aguentarem a força erosiva, entretanto, gerada.

Assim, neste particular, para uma melhor compreensão do fenómeno da Ria, com o objectivo de se procurar/construir o quadro mais favorável para a sua conservação/preservação/usufruição, devem escutar/ouvir o saber, feito da experiência, dos agricultores e pescadores que sempre viveram na Ria.

A construção das novas infra-estruturas, maxime do novo Porto de Abrigo para Pescadores da Torreira, tem que ter em conta e sua exposição aos movimento hidrodinâmicos das marés, pois se se cometer o mesmo erro que se fez aquando da construção do existente, o seu assoreamento será rápido e a sua conservação/manutenção insustentável.

O Ecomuseu da Ria (Porta de Entrada) precisa, dada a sua importância estratégica, de um estudo/enquadramento mais preciso, pois não se trata de mais um equipamento, mas de uma infra-estrutura que está pensada para ser motor e centro de recursos para a preservação/valorização/promoção/usufruição da Ria, assumindo-se como um pólo central e, por isso, ponto de partida para o conhecimento/descoberta da Ria e de toda a sua envolvente.

Na página 198, RA3. Reforço das margens/recuperação de motas... diz-se que a Ribeira da Aldeia é na Murtosa.

Ora, a Ribeira da Aldeia é em Pardilhó.

Do Plano de Acção proposto (inicial lbandeira@parqueexpo.ptmente), o desenho da mota a construir não coincide com aquele que é apresentado, por exemplo, no desenho n.º 12 (Carta de macro-sistemas). Assim, esta questão, em nosso entender, tem que ser reequacionada/estudada/avaliada, com os Municípios da Murtosa e Estarreja.

É que, não é indiferente, do ponto de vista ecológico, social e económico, que tal mota se construa de um modo ou de outro.

Porquê a mudança? Qual a razão do abandono do primitivo traçado? Quais as vantagens?

V. CONCLUSÃO

Reiterando tudo o afirmado, mostrando disponibilidade do Município da Murtosa e de todos os seus Municípes para cooperar e colaborar no fornecimento de informação, conhecimento e experiência, que permitirão melhorar e qualificar ainda mais a valia dos projectos previstos no Plano de Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, pois a pesca (a Ria), a agricultura (os juncais e os campos) são a vida da Murtosa, concluímos apelando à inteligência, ao bom senso e ao sentido de serviço de todos os parceiros e equipas envolvidas neste empreendimento de valorização/requalificação da Ria, e que nada, nem ninguém, impeça que se estudem, analisem e avaliem os impactes negativos do Porto de Aveiro, com vista à programação de uma intervenção do controle da entrada e saída das águas da Ria, logo que possível.

Junta-se: Documento elaborado aquando da Consulta Pública do projecto de "Reconfiguração da Barra do Porto de Aveiro – AIA 2082".

Paços do Município da Murtosa, 26 de Abril de 2010

(Santos Sousa – Presidente da Câmara)

Telefone 234 830 100

e-mail: gap@cm-murtosa.pt

Fax 234 867 636